

TEORIA DO ENUNCIADO E TEORIA GRAMATICAL: (DES)ENREDAMENTO DE CONCEITOS

Washington Silva de Farias*

RESUMO

Este trabalho discute alguns problemas terminológicos e conceituais apontados por Bakhtin na consideração dos termos *enunciado*, *frase* e *oração* e de que modo esses problemas se repetem nas tentativas de teorização de gramáticas normativas brasileiras.

Palavras-chave: Bahktin. “Teoria do enunciado” Teoria gramatical.

ABSTRACT

This paper discusses some terminological and conceptual problems pointed out by Bakhtin concerning terms *utterance*, *sentence* and *clause* and how these problems are repeated in Brazilian normative grammars.

Key words: Bakhtin. “Utterance’s theory”. Grammatical theory.

INTRODUÇÃO

Apresentaremos inicialmente os aspectos principais da “teoria” bakhtiniana acerca do *enunciado*, tendo como base o ensaio *Gêneros do Discurso*, do volume *Estética da Criação Verbal*

* Professor de Língua Portuguesa e Lingüística da UFCG, Campus de Campina Grande.

(Bakhtin, 1992¹), enfatizando problemas terminológicos e conceituais apontados pelo autor russo acerca da *comunicação verbal*, a exemplo da confusão entre *enunciado*, *frase* e *oração*.

Num segundo momento, discutiremos de que modo os aspectos levantados na primeira parte se refletem nas tentativas de teorização de algumas gramáticas brasileiras sobre a linguagem e suas unidades. Evidenciaremos a falta de rigor dos gramáticos quando teorizam sobre essas unidades, de que resulta um *enredamento* de conceitos, para cujo *desenredamento* esperamos que este trabalho possa contribuir.

1. BAKHTIN E A “TEORIA DO ENUNCIADO”

1.1. O enunciado: a unidade real da comunicação verbal

Em seu estudo sobre os *gêneros do discurso*, Bakhtin observa que a *comunicação verbal* se dá através de *enunciados*, sendo estes a instância que faz a ligação da língua com a vida, com a sociedade e, portanto, com a história. Desse pressuposto decorre a definição do enunciado como a *unidade real da comunicação verbal*, cujo estudo (juntamente com o do gênero do discurso) Bakhtin considera fundamental para esclarecer aspectos importantes da comunicação verbal e das próprias unidades da língua.

A despeito dessa importância, o autor russo observa que a abordagem do enunciado entre os estudiosos de sua época estava comprometida por uma certa limitação teórica diretamente relacionada às concepções existentes acerca da língua e do processo da comunicação. Segundo Bakhtin, a língua era então considerada apenas em sua função de *expressão*, *exteriorização* do pensamento individual, desprezando-se sua função propriamente comunicativa (entenda-se *dialógica*).

O enunciado, conseqüentemente, era caracterizado unicamente em função de seu conteúdo e de seu enunciador. Desprezava-se,

¹ O estudo de que iremos tratar constitui texto de arquivo do autor datado de 1952-3. Todas as referências a Bakhtin neste trabalho são desse ensaio.

entre outros aspectos, a relação do enunciado e do enunciador com os outros enunciados e *parceiros* da comunicação. Tais parceiros, quando considerados nos estudos em apreço, aparecem, segundo Bakhtin, diluídos sob a forma vaga de uma *coletividade lingüística* ou segundo uma versão distorcida do *esquema da comunicação* em que os interlocutores do processo são representados em posições cristalizadas de *locutor*, com papel ativo no processo, ou de *ouvinte*, subentendido como receptor passivo da comunicação do locutor. Para Bakhtin, esse esquema, ao pretender representar o todo da comunicação verbal, não passa de *ficção científica*, pois o interlocutor/ouvinte, mais do que simplesmente receber a comunicação lingüística, reage a ela, adotando uma *atitude responsiva ativa*, concordando, discordando, preparando uma resposta, tornando-se assim, já no momento mesmo da recepção, também locutor. Este, por sua vez, no momento em que produz seu enunciado, não é o agente/autor primeiro de sua comunicação, uma vez que responde a outros enunciados, seus e de outros. Embora ressaltando que lingüistas de sua época não consideravam o esquema mencionado como representativo da comunicação verbal em sua complexidade, Bakhtin critica-os por não se ocuparem em explicá-lo em profundidade.

As lacunas apontadas resultam numa *indeterminação e confusão terminológica* no que se refere às noções gerais do processo da comunicação, tais como *língua, fala, discurso, oração, frase, enunciado*, concluindo Bakhtin que *“em quase toda parte os estudiosos se divertem com o enredamento de todas essas significações”*, resultando disto *“um menosprezo total pelo que é a unidade real da comunicação verbal: o enunciado”* (idem, p. 293).

1.1.1. O enunciado: elo na cadeia da comunicação verbal

Em face das considerações acima apresentadas, Bakhtin propõe uma caracterização ampla do enunciado, de modo a delimitar suas fronteiras, distinguindo-o, por exemplo, de outras unidades com as quais se confunde, a exemplo da oração. Dessa forma, apresenta como primeira característica do enunciado a alternância de sujeitos

falantes, *querendo dizer com isto que a fronteira entre dois enunciados está situada no ponto em que o locutor termina sua comunicação e dá lugar à palavra do outro, para permitir-lhe a resposta ou a compreensão responsiva*². Assim sendo, cada enunciado está delimitado pelos enunciados anteriores, a que responde, e pelos que o seguem como resposta. Daí porque Bakhtin afirma, reiteradamente, ser o enunciado um elo na cadeia complexa da comunicação verbal.

A alternância de sujeitos falantes é uma relação específica que liga enunciados pertencentes a diferentes sujeitos, distinguindo, portanto a unidade do “discurso”, o enunciado, da unidade da língua, a oração, que, de modo distinto, “representa um pensamento relativamente acabado, diretamente relacionado com outros pensamentos do mesmo locutor, dentro do todo do enunciado” (*grifo nosso*) (*idem*, p. 296).

Outros aspectos, além da alternância de sujeitos, distinguem, segundo Bakhtin, enunciado e oração: o enunciado encontra-se numa relação direta e pessoal com a realidade (o contexto transverbal da comunicação) e com os enunciados do outro; além disso, possui uma significação plena e é capaz de gerar uma resposta do interlocutor. Já a oração:

...não está em contato imediato com a realidade (com a situação transverbal) e tampouco está em relação imediata com os enunciados do outro, não possui uma significação plena nem uma capacidade de suscitar a atitude responsiva do outro locutor, ou seja, de determinar uma resposta (*grifo nosso*) (*idem*, p. 297).

² A idéia de um locutor cooperativo, benevolente também é, de certa forma, uma abstração do processo real da comunicação lingüística, uma vez que as situações efetivas de comunicação caracterizam-se pela “negociação de sentidos” (Koch, 1992), sendo muitas vezes a alternância de sujeitos determinada não pela concessão da palavra (interação assimétrica), mas por sua tomada, pelo *assalto* (interação simétrica). Essa restrição à definição da alternância de sujeitos de Bakhtin foi levantada também por Sousa e Silva (1997).

Para Bakhtin, o não-reconhecimento dessas diferenças entre enunciado e oração é responsável pela confusão no tratamento desses termos pelos estudiosos:

Muitos lingüistas (no campo da sintaxe) são prisioneiros dessa confusão: o que estudam como oração é, na verdade, uma espécie de híbrido da oração (unidade da língua) e do enunciado (unidade da comunicação verbal) (*idem*, p. 297).

E conclui:

Na falta de uma teoria baseada no enunciado entendido como unidade da comunicação verbal, permanece incerta a distinção entre a oração e o enunciado, que geralmente são confundidos (*idem*, p. 298).

1.1.2 O enunciado: totalidade acabada

A existência do enunciado na comunicação verbal só é possível, segundo Bakhtin, graças ao acabamento específico dessa unidade, ou seja, ao fato de ela ser uma totalidade acabada capaz de gerar uma resposta. Esse acabamento, interno ao enunciado, é resultante de três fatores: a) o tratamento exaustivo do objeto do sentido, ou seja, o enunciado, consideradas as restrições contextuais, tematiza o seu objeto/assunto de forma completa; em outros termos, diz tudo o que se quer dizer sob as condições em que é produzido; b) o intuito discursivo do locutor, isto é, o fato de o enunciado estar determinado pelo querer-dizer do locutor; e c) da forma de gênero do enunciado, a qual está na dependência da consideração pelo locutor da especificidade da esfera da comunicação verbal, da temática e dos parceiros da comunicação.

Dependendo das características específicas de seu acabamento, o enunciado pode ter diferentes extensões, comportando uma única oração, algumas ou um grande número delas, chegando até a

enunciado-obra (um romance, por exemplo). Essa grande variabilidade de tamanho do enunciado, teoricamente incomensurável, distingue-o também da oração, cuja extensão é limitada formalmente pelos seus próprios constituintes. Essa diferença, afirma Bakhtin, também não era claramente percebida por vários estudiosos de sua época, levando-os à assunção de unidades híbridas, a exemplo da frase, entre o enunciado e a oração:

...muitos lingüistas (sobretudo no campo da sintaxe) empenham-se em encontrar um meio termo entre a oração e o enunciado e que se assinalem pelo caráter acabado, do mesmo modo que o enunciado, e continuem comensuráveis, do mesmo modo que a oração (*idem*, p. 305).

E crítica:

Entre os pesquisadores que utilizam essas unidades, não há um conceito em comum, pois na vida da língua, não há nenhum fato real e circunscrito que lhes corresponda. Todas essas unidades artificiais e convencionais não levam em conta a alternância dos sujeitos falantes que se dá durante a comunicação verbal real e viva (*idem*, p. 305-6).

A alternância dos sujeitos, assim, relaciona o enunciado a uma significação contextual, real, dando-lhe completude de significação. Com a oração, algo diferente ocorre: ela tem completude em sua significação, mas trata-se esta de uma significação lingüística, abstrata, incapaz de gerar, fora do contexto do enunciado, uma resposta.

1.1.3. O enunciado: instância ativa do locutor

Uma terceira característica geral do enunciado, segundo a "teoria" bakhtiniana, diz respeito a sua relação com locutor e com os outros parceiros da comunicação verbal. O enunciado é a expressão

individualizada do locutor numa situação concreta de comunicação e, nessa perspectiva, é o locutor quem determina as particularidades do enunciado, o seu estilo individual, mediante seleção dos recursos lingüísticos a serem empregados, do gênero, etc. Por outro lado, ainda que seja uma forma individualizada e irreproduzível do locutor, o enunciado reflete a expressividade típica do gênero de discurso a que se vincula.

Diante do exposto até aqui, cumpre ressaltar, a título de síntese, em primeiro lugar, a ênfase dada por Bakhtin à complexidade do enunciado enquanto unidade da comunicação verbal, do discurso, que, diferentemente da oração:

- a) pressupõe como seus elementos constitutivos (indispensáveis) o locutor, o ouvinte e, conseqüentemente, a interação comunicativa;*
- b) existe em função da relação que mantém com enunciados anteriores e por virem;*
- c) relaciona-se diretamente a um contexto transverbal (extralingüístico), a uma dada esfera da comunicação verbal e da vida social.*

Em segundo lugar, é importante destacar as limitações constatadas por Bakhtin nos estudos tradicionais de sua época acerca da comunicação verbal, sobretudo no que se refere à confusão terminológica e conceitual envolvendo noções como língua, comunicação, enunciado, oração etc.

2. TEORIA DO ENUNCIADO E GRAMÁTICA NORMATIVA

Os problemas acima levantados são recorrentes na atualidade em gramáticas do português, perpetuando-se a confusão observada por Bakhtin há cerca de 50 anos. Para comprovar e ilustrar essa constatação, analisaremos a seguir o tratamento dado aos termos enunciado, frase, oração e período em seis gramáticas brasileiras do português, todas com edições relativamente recentes. Cegalla (1993),

Cunha & Cintra (1985), Rocha Lima (1994), Nicola & Infante (1990), Pasquale & Infante (1998) e Sacconi (1992)³.

2.1. O enunciado

O termo enunciado aparece em quatro das seis gramáticas analisadas, ainda assim, integrando definições de outros conceitos, sem que tenha sido definido previamente (ex.: “Oração é todo e qualquer enunciado...”, Sacconi, grifo nosso, p. 283) . Em Cunha & Cintra figura nas definições de discurso e frase; em Nicola & Infante, nas de fala e sintaxe; em Cegalla, apenas na de frase; em Sacconi, apenas na de oração. Em Rocha Lima e Pasquale & Infante⁴, o termo não é mencionado. Essa ocorrência irregular demonstra que não há consenso algum sobre de que fenômeno o enunciado é a unidade, se da linguagem, do discurso/fala, da língua ou de outra coisa qualquer. Nicola & Infante, por exemplo, mencionam o enunciado ao tratar da diferença entre língua e fala, associando-o a esta última e enquanto manifestação individual do uso da língua (p. 20); em outro momento, nesses mesmos autores, os “enunciados comunicativos” parecem ser apenas o subproduto da análise sintática: “a Sintaxe procura detectar a maneira de as partes da linguagem se estruturarem para formar os enunciados comunicativos” (p. 240).

Assim, quando aparece nas gramáticas, o termo enunciado é apenas uma referência vaga, pouco precisa. Em geral vem associado à noção de fala (ou discurso), entendida no sentido saussureano do termo e, portanto, muito distante da concepção dialógica do enunciado bakhtiniano.

³ Doravante deve o leitor entender tratar-se sempre da mesma gramática pela simples referência ao seu autor ou autores. Em caso de possível ambigüidade, explicitaremos a obra referida.

⁴ Em Pasquale & Infante as unidades do discurso parecem ser ora as palavras e orações (“Quando se relacionam palavras e orações criam-se discursos...”) ora palavras e frases (“Dispor palavras em frases é o primeiro passo para a construção dos discursos...”) (grifos nossos) (p. 340).

2.2. A frase

Os termos frase, oração e período, diferentemente de enunciado, aparecem em todas as gramáticas, e caracterizados com bastantes detalhes. Desses conceitos, a frase é o mais amplamente definido e o que mais se assemelha ao conceito de enunciado de Bakhtin, ainda assim, com muitas limitações.

2.2.1. Frase: função e interlocutores

Nas gramáticas analisadas, a frase é referida ora como conceito independente (ex.: “A frase é uma unidade verbal com sentido completo...”, Rocha Lima, grifo nosso, p. 232) ora cumulativamente como enunciado (ex.: “A frase é um enunciado de sentido completo...”, Cunha & Cintra, grifo nosso, p. 116), dificultando-se nesse segundo caso ainda mais o seu entendimento, visto que, conforme mencionamos acima, o termo enunciado, que entre outras coisas (?) englobaria a frase, não é claramente explicado por nenhum dos gramáticos em questão.

De forma mais consensual, a frase é definida, explícita ou implicitamente, como unidade de comunicação, cuja função seria expressar o pensamento ou o sentimento (Rocha Lima, Cunha & Cintra⁵, Sacconi, Nicola & Infante) ou transmitir algo: informação (Sacconi), conteúdo (Pasquale & Infante), comunicação (Nicola & Infante⁶ e Sacconi) ou “simplesmente” tudo (“Frase é todo enunciado capaz de transmitir, a quem nos ouve ou lê, tudo o que pensamos, queremos ou sentimos”, Cegalla, p. 291). Em outros termos, a função “comunicativa” da frase remete a concepções redutoras de língua como expressão do pensamento ou como veículo de transmissão de informação, centradas, respectivamente, no indivíduo e no código

⁵ Em Cunha & Cintra, a função da frase de expressar pensamento ou sentimento foi inferida “malabaristicamente” a partir da informação de que *a frase é um enunciado* (p. 116) e que, nova inferência, *os enunciados são formas que exprimem o gosto e o pensamento* (p. 01) (grifos nossos).

⁶ Em Nicola & Infante, há quase que uma tautologia na definição de frase: para esses autores as frases são “unidades comunicativas” que “*exprimem idéias, emoções, ordens, apelos, enfim, transmitem comunicação*” grifos nossos) (p. 241).

lingüístico, desprezando assim sua função pragmático-discursiva, centrada na interação.

Desse modo, nas definições de frase, os parceiros da comunicação são desconsiderados ou generalizados: quem comunica através de frases/enunciados é o homem (“Frase é uma unidade verbal (...) um todo significativo por intermédio do qual o homem exprime seu pensamento ou sentimento”, Rocha Lima, p. 232), um nós, em geral elíptico, (“Ao proferirmos FOGO!, com entoação característica de pavor, susto, estaremos proferindo uma frase”, Sacconi⁷, p. 280; o mesmo ocorre em Cegalla), um sujeito indeterminado⁸ (“Através da frase é que se alcança o objetivo do discurso...”, Cegalla, grifo nosso, p. 281), a frase por si mesma (“A frase se define pelo seu propósito de comunicação, isto é, pela sua capacidade de (...) ser capaz (!) de transmitir o conteúdo desejado para a situação em que é utilizada”, Nicola & Infante, p. 340; também em Pasquale & Infante). Em Cunha & Cintra, a frase é definida sem referência alguma ao seu produtor, tratando-se nesses autores de uma unidade meramente gramatical (mais detalhes adiante).

O interlocutor, o outro da comunicação, por sua vez, é referido unicamente em Cegalla, para quem, repetimos, a frase é “todo enunciado capaz de transmitir, a quem nos ouve ou lê, tudo o que pensamos, queremos ou sentimos” (grifo nosso, p. 291). Não é difícil constatar, nessa definição, entretanto, a caracterização esquemática dos “parceiros” da comunicação, em posições assimétricas de produtor e receptor da comunicação.

Das definições de frase, assim, o que se apre(e)nde é que a comunicação parece ser, em geral, ou um ato coletivo, cuja origem é a sociedade, a comunidade, etc., ou mágico, sem autores claramente definidos, bastando-lhe o mais das vezes o código e o objeto do sentido (o conteúdo da comunicação). Nada ou muito pouco há nessas

⁷ Sacconi sugere em um outro trecho um sujeito *falante* com um intuito discursivo: “A emoção não permite ao falante formular uma proposição (...) Usa, então, uma exclamação, que lhe possibilita expressar mais rapidamente o pensamento” (grifos nossos) (p. 280).

⁸ Omite-se na definição, mediante recurso à voz passiva, a referência explícita a um sujeito falante responsável pelo discurso.

definições que sugira a alternância de sujeitos falantes, característica essencial da verdadeira unidade da comunicação verbal. O que se observa, nas gramáticas analisadas, é exatamente o que Bakhtin criticava em sua época: o termo frase trata-se de uma forma híbrida entre a oração e o enunciado, entre a unidade da língua e a da comunicação; portanto, sem valor explicativo quer para uma quer para outra instância de análise.

2.2.2. Frase e unidade de sentido

Os gramáticos atribuem à frase “unidade de sentido” ou “sentido completo”, expressões que lembram o “acabamento específico”, apontado por Bakhtin como característico do enunciado e fator dependente, lembremos, do tratamento exaustivo do tema, do intuito discursivo do locutor e da escolha de um gênero de discurso.

Segundo as gramáticas analisadas, a frase, enquanto “unidade da comunicação”, tem/deve ter sentido completo. Esse traço é explicitamente declarado em algumas gramáticas (ver definições acima de Cunha & Cintra e Rocha Lima), mas em outras depende de inferências, visto que a frase:

- não tem, necessariamente, sentido completo *isolada de um contexto* (Sacconi⁹, p. 280), *mas pode tê-lo, portanto, dentro de um contexto específico*;
- transmite “tudo o que pensamos, queremos ou sentimos” (Cegalla, *grifo nosso*, p. 291), *podendo-se entender “transmitir tudo” como equivalente (?) de “dar tratamento exaustivo ao tema”*;
- transmite um “conteúdo claro” (Pasquale & Infante, p. 340), *podendo-se entender “claro” como equivalente (?) de “exaustivo”*.

Apenas em Nicola & Infante o sentido completo não é uma propriedade essencial da frase, mas do período: “Chamamos período a

⁹ O trecho sobre “sentido completo”, que aparece truncado na edição da gramática de Sacconi por nós inicialmente analisada (a 15ª), foi “melhorado”, do ponto de vista da coesão, na 22ª edição (Sacconi, 1997).

frase constituída de uma ou mais orações, constituindo um todo, com sentido completo” (p. 244).

Ser frase, assim, de modo geral, é ter sentido completo. Entretanto, não são claros nem consensuais os critérios que delimitam a frase e sua completude de sentido. Nas gramáticas, quatro traços, pelo menos, se relacionam a esses aspectos da frase: a) a entoação ou melodia; b) a função ou propósito comunicativo; c) a situação e/ou o contexto; d) a ordem ou arranjo das palavras.

A entoação ou melodia é o traço mais claramente apontado como definidor da frase, determinando quer sua completude de sentido (ou função comunicativa, conforme alguns gramáticos) quer sua extensão (começo e fim).

Rocha Lima e Cunha & Cintra consideram a entoação/melodia um traço essencial da frase. O primeiro gramático, no entanto, é quem dá mais amplos poderes a ela:

A entoação, traço essencial para a conceituação de frase, é o que lhe dá, a esta, unidade de sentido, demarcando-lhe começo e fim, e apontando-lhe o propósito (declarativo, interrogativo, etc.) (*grifos nossos*) (Rocha Lima, p. 232).

Em Cunha & Cintra, o valor da frase, embora esta seja declarada “unidade de comunicação”, é mais gramatical do que “comunicacional”, sendo a presença de verbo e a entoação os elementos que a determinam:

A frase é sempre acompanhada de uma melodia, de uma entoação. Nas frases organizadas com verbo, a entoação caracteriza o fim do enunciado, geralmente seguido de forte pausa (...). Se a frase não possui verbo, a melodia é a única marca por que podemos reconhecê-la. Sem ela, frases como *Atenção! Que inocência! Que alegria!* seriam simples vocábulos, unidades léxicas sem função, sem valor gramatical (*grifos nossos*) (p. 116-7).

Em Sacconi, a entoação é apontada também como característica “fundamental”¹⁰ da frase, determinando-lhe, entretanto, não o “valor gramatical”, mas a “função comunicativa”:

A palavra FOGO, sem nenhuma melodia própria, não passa de uma palavra morta, sem função comunicativa. Ao proferirmos FOGO!, com entoação característica de pavor, susto, estaremos proferindo uma “frase” (*grifos nossos*) (p. 280).

Em Cegalla e Pasquale & Infante, a entoação é mencionada como característica da frase, porém sem ênfase sobre sua suposta função definidora da mesma. No primeiro gramático, está relacionada aos tipos de frase (e, portanto, a diferentes funções comunicativas); nos segundos, delimita seu começo e fim. Em Nicola & Infante, aliam-se, na definição da frase, a entoação, o gesto e a situação: após afirmarem esses autores que “a frase é caracterizada pela entoação” (p. 241), observam, utilizando como exemplo a palavra “rua”, que:

Essa palavra, dotada de entoação própria, e acompanhada de gesto familiar, é suficiente para, numa situação facilmente imaginável, satisfazer uma necessidade expressiva (*grifos nossos*) (p. 242).

Entretanto, diferentemente de Cunha & Cintra, Rocha Lima e Sacconi, para Cegalla, Pasquale & Infante e Nicola & Infante, o traço mais característico da frase não é a entoação, mas a função comunicativa, e, nesse caso, a determinação do critério de acabamento da frase não é tão explícita, a não ser que se considere como tal o fato, tautológico, de a frase ter “sentido completo” ou “começo e fim”, aspectos pouco esclarecedores.

O acabamento da frase, nas gramáticas, assim, em qualquer dos casos considerados, não resulta de um intuito discursivo de um

¹⁰ Na 22ª edição (idem), o autor mantém o texto citado, mas restringe a importância da entoação às frases nominais, minimizando seu papel nas frases verbais, “*de estrutura mais perfeita*” (p. 283).

locutor claramente definido. Quer esse acabamento seja determinado pela entoação quer pela função comunicativa, outros elementos constitutivos da comunicação verbal, a exemplo dos interlocutores e da situação, são desprezados ou relegados a segundo plano. A impressão que se tem, é que a frase, mesmo sem interlocutores e fora de uma situação de interação real, “comunica(-se)”.

2.2.3. Frase, situação e contexto

A situação – enquanto “ambiente” real da comunicação – e o contexto – enquanto unidade lingüística mais ampla em que se insere a frase – são considerados como elementos integrantes da interação verbal em casos bastante específicos. Para Rocha Lima, apenas “às vezes, a simples situação em que é proferido um vocábulo faz com que ele se torne uma frase” (*grifos nossos*, p. 232), como se houvesse frases, unidades de comunicação, que dispensassem a situação ou existentes fora dela. Para Cegalla, há “muitas frases [que] só podem ser entendidas dentro do contexto (=o escrito onde figuram) e na situação (=o ambiente, as circunstâncias em que o falante se encontra)” (*grifos nossos*) (p. 292). Assim sendo, haveria “outras” tantas frases que poderiam ser entendidas fora do contexto ou da situação, ou seja, que o falante produziria em lugar algum (!), para ninguém (!). Em Pasquale & Infante a situação também parece ser necessária apenas a certo tipo de frase, as mais simples:

O conceito de frase é, portanto, muito abrangente, incluindo desde estruturas lingüísticas muito simples, como: Ai!, que em determinada situação é suficiente para transmitir um conteúdo claro, até estruturas complexas [*segue-se a isto um período com várias orações*]” (*grifos nossos*) (p. 340).

Em Sacconi, não se menciona a situação, mas apenas o contexto (lingüístico), sendo este, juntamente com a entoação, elemento suficiente para dar plenitude à frase, que “(!)Não têm, necessariamente, sentido completo, já que se dissermos apenas SIM ou

NÃO, isolados de um contexto, nada representarão” (grifos nossos) (p. 280). Em Cunha & Cintra, não se menciona nenhum dos elementos em questão, nem situação nem contexto. Conforme já mencionamos, esses autores, embora definam a frase como “unidade de comunicação”, caracterizam-na por critérios estritamente formais.

Observa-se assim que a situação e/ou o contexto da comunicação verbal, nas gramáticas em consideração, ou não são sequer mencionados (caso de Cunha & Cintra) ou são associados apenas a certos tipos de frases “mais simples”, “mais rápidas”, as ditas frases nominais, tratando-se a referência à situação transverbal como fato não geral, exceção à regra, na caracterização da frase, quando, ao contrário disso, efetivamente todas as frases, e não apenas “algumas” ou “muitas” delas, enquanto unidades de comunicação, só existem em função do contexto em que se inserem, tanto o contexto imediato da enunciação quanto o seu contexto mais amplo, sócio-ideológico.

A proposição de frases dependentes e não dependentes da situação/contexto é, na verdade, uma evidência da confusão, apontada por Bakhtin, entre as unidades da língua, as orações, e as unidades da comunicação, os enunciados, perpetuada na espécie híbrida que é a frase.

2.3. A oração e o período

Em quatro das gramáticas analisadas (Rocha Lima, Nicola & Infante, Pasquale & Infante e Cegalla), a oração é definida explicitamente como um tipo particular de frase – aquela que contém verbo ou locução verbal e, conseqüentemente, sujeito (normalmente) e predicado (necessariamente) – tendo, nesse caso, “sentido completo” ou atendendo a um “propósito comunicativo”. Nas outras duas gramáticas (Cunha & Cintra, Sacconi), a definição de oração apresenta algumas dificuldades. Embora as gramáticas mencionem as mesmas características acima indicadas, em Sacconi a oração é definida, não como frase, mas como enunciado, termo não explicitado. Já em Cunha & Cintra, embora o termo oração apareça no título geral de um dos capítulos da gramática (“FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO”) e também numa seção específica desse capítulo, intitulada “FRASE E

ORAÇÃO”, não é definido diretamente, mas como elemento constitutivo da frase, esta apresentada como se já tivesse sido definida (“A FRASE pode conter uma ou mais orações. 1º) Contém apenas uma oração, quando apresenta: a) uma só forma verbal, clara ou oculta...”, p. 117). Novamente, com relação a esses autores, temos que inferir, nesse caso, que a oração “é” uma frase que contém verbo etc.

A maior parte dos gramáticos analisados admite também explicitamente que a oração pode não ter sentido completo, passando neste caso ao status de “membro de frase” (Rocha Lima, Nicola & Infante, Pasquale & Infante) ou de “oração perfeita quanto à forma, porém imperfeita quanto ao sentido” (Sacconi, p. 283), (grifo nosso). É o caso, por exemplo, das orações tradicionalmente ditas “subordinadas”. Em Cunha & Cintra e Cegalla, não há referência direta à incompletude de certas orações. Nesta última gramática, mantendo-nos nos limites estritos da teoria gramatical, a omissão é mais complicada, visto que nela a oração é definida como frase e esta, por sua vez, é tida como unidade de sentido completo (lembramos: “capaz de expressar tudo que pensamos, desejamos e sentimos”), o que nos leva a deduzir que não haveria oração incompleta quanto ao sentido. Essa interpretação, entretanto, é incompatível com a análise que Cegalla faz do período chamado “composto por subordinação”, divisível em orações geralmente dependentes semanticamente, incapazes, portanto, de expressar isoladamente “tudo o que pensamos”.

De modo geral, o que ressalta da análise das definições de oração nas gramáticas em apreço é a confluência de critérios: o formal (a presença de verbo ou locução), predominante e essencial, o semântico (sentido completo ou incompleto) e o comunicacional (propósito comunicativo), o que faz da oração também uma espécie híbrida entre a unidade da língua e a unidade do discurso.

A definição de período, por fim, é quase consensual nas gramáticas estudadas. Em cinco delas (Cunha & Cintra, Cegalla, Sacconi, Nicola & Infante e Pasquale & Infante), período é a frase constituída por uma (período simples) ou mais orações (período composto). Apenas a gramática de Rocha Lima diverge dessa orientação, uma vez que nela define-se o período como “frase formada de duas ou mais orações” (p. 259, grifo nosso), não havendo, portanto,

período simples, aquele constituído de apenas uma oração. De forma geral, a caracterização do período é a mais formal, quase que isenta de traços relacionados ao contexto mais amplo da comunicação verbal, estando, no entanto, sua definição comprometida pelos problemas conceituais dos termos que normalmente engloba, a frase e a oração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista das constatações apontadas neste trabalho, fica patente a atualidade e pertinência das considerações de Bakhtin acerca da comunicação verbal. Nas gramáticas do português analisadas, todas com edições relativamente recentes, verificamos a recorrência de problemas apontados pelo estudioso russo: nas definições analisadas, em geral, desprezam-se, restringem-se ou minimizam-se aspectos fundamentais da interação verbal, como o papel dos interlocutores e da situação, levando-nos a concluir que as tentativas capengas de teorização dos gramáticos pouco contribuem para o entendimento da complexidade da interação através da linguagem, necessitando urgente revisão.

REFERÊNCIAS

1. Gramáticas analisadas

CEGALLA, D. Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 36 ed. São Paulo: Nacional, 1993.

CUNHA, Celso F. da & CINTRA, Lindley F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

NICOLA, José de & INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1990.

PASQUALE, Cipro Neto & INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática*. Teoria. 15 ed. São Paulo: Atual, 1992.

_____. *Nossa gramática. Teoria e prática*. 22 ed. São Paulo: Atual, 1997.

2. Bibliografia geral

BAKHTIN, Mikhail M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo Martins Fontes, 1992. p. 277-26.

KOCH, Ingedore V. Linguagem e interação face a face. In: *Linguagem e inter-ação*. São Paulo: Contexto, 1992. p. 66-110.

SOUZA E SILVA, M.C.P. Enunciados interrompidos: são eles inacabados? In: *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Brait, Beth (org.). Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997. p.179-86.